

Legislação da indústria extractiva deve defender justiça social

MAPUTO - O presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade (CACDHL) da Assembleia da República (AR), Edson da Graça Francisco Macuácuca, entende que a legislação moçambicana sobre a indústria extractiva deve defender o princípio de justiça social onde a igualdade dos cidadãos é material e não formal e abstracta.

"Quando estivermos em sede da legislação sobre a indústria extractiva é preciso vermos se conseguimos materializar o princípio da justiça no quadro do Estado Social e não naquela perspectiva de um Estado liberal que se contentava pela mera igualdade dos cidadãos perante a Lei", explicou o deputado.

Macuácuca, que falava esta segunda-feira, dia 13, no Distrito de Marracuene, Província de Maputo, durante a abertura do Seminário de Formação dos deputados membros daquela Comissão de Especialidade em matérias da indústria extractiva, acrescentou que "hoje, a abordagem é outra. Já não é igualdade dos cidadãos apenas perante a Lei".

Segundo o presidente da CACDHL, "hoje, tal como o nosso Estado se define, um Estado de Direito Democrático e Social, a igualdade é, acima de tudo, material, cuja essência é a criação de condições para que os cidadãos em circunstâncias iguais tenham um tratamento igual, em circunstâncias diferentes tenham um tratamento diferente, isto é, concretizar no dia-a-dia na vida das pessoas esta igualdade de um ponto de vista não meramente formal, mas acima de tudo material".

Por outro lado, o deputado Macuácuca questiona se a legislação moçambicana sobre a indústria extractiva

concorre para este fim, acrescentando que "o fim último do Estado de Direito Democrático e Social é o bem-estar do povo".

Já o vice-presidente da Comissão da Agricultura, Economia e Ambiente (CAEA), Fernando Namucua, defende a necessidade de os deputados da AR aprofundarem os seus conhecimentos para melhor desempenho das suas tarefas de fiscalizadores e legisladores sobre o sector da indústria extractiva face à descoberta de vários recursos naturais que se vem registando no país.

De acordo com o parlamentar, os desafios preponderantes na indústria extractiva são, objectivamente, o défice na transparência e responsabilidade na prestação de contas; e o fraco investimento na formação de quadros nacionais para no futuro liderarem os processos.

"O desafio central da AR na fiscalização da indústria extractiva resume-se na acção de assegurar que na concepção, implementação e avaliação das Políticas Públicas para que todas as forças vivas da sociedade desempenhem os seus papéis", disse Namucua, para quem a AR deverá fazer valer-se das suas três funções nucleares (legislar, fiscalizar e representar).

Debruçando-se sobre os "desafios da fiscalização

da indústria extractiva pela AR", o vice-presidente da CAEA apontou como fraquezas (desafios) a fraca capacidade institucional de negociação por parte do governo perante os gigantes; suspeitas de corrupção e suborno no processo de negociação; défice de divulgação de informação durante as negociações pelas companhias; receio de desconhecimento da quantidade e qualidade dos recursos naturais disponíveis.

Esta formação decorre com o apoio do Instituto para a Democracia Multipartidária (IMD), uma organização não governamental que se tem dedicado aos processos políticos nacionais bem como no apoio ao parlamento para o aprimoramento da sua legislação na área de indústria extractiva.

Na ocasião, Lorena Mazive, gestora de Projectos no IMD, garantiu que a sua instituição vai continuar a angariar parceiros para maximizar este tipo de formação.

"Não nos cansaremos de procurar apoios para o fortalecimento desta parceria", sublinhou Mazive, para quem espera que a AR esteja dotada de conhecimentos sobre a indústria extractiva, uma questão de domínio novo em Moçambique".